

24/09/2013  
Cidades 9  
CENTRO HISTÓRICO  
Restauração

CENTRO HISTÓRICO

Bcafe Bahia O MELHOR ESPRESSO. Televentas: (71) 3391-8414

# Prefeitura irá ocupar prédios antigos sem uso

O projeto de lei tem como objetivo revitalizar a região recuperando e ocupando imóveis

ADRIANO VILLELA  
REPÓRTER

Apresentado pela vereadora Tia Eron (PRB), o projeto de lei que permite que a prefeitura "arrecade" imóveis abandonados tem o apoio da prefeitura, que já mira utilizar a medida em prol da revitalização do Centro Histórico. De acordo com o titular da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (Sedes), Guilherme Belintani, a medida contribui para a segurança da cidade e é o pilar principal para o projeto municipal para a área. Jurista de formação, o secretário explicou que os casarios seriam arrecadados, e não desapropriados, por ser a modalidade em que o poder público toma o imóvel que não está sendo utilizado sem direito a indenização. "O Centro Histórico tem muitos imóveis em ruínas, abandonados, em que o poder público não pode fazer nada e o particular (dono do bem) também não o faz", explicou Belintani. O secretário da Sedes apresentou tanto a proposta do parlamentar quanto os planos da Sedes para o prefeito ACM Neto, que deu o aval para a continuidade de ambas medidas.

Técnicos da Sedes e da Secretaria da Fazenda (Sefaz) já estão em campo mapeando que edificações podem ser arrecadadas e depois recuperadas. Pela proposta do vereador, a prefeitura poderia "arrecadar" o imóvel se ele estiver com impostos ven-

cidos ou não cumprindo a sua função social. Estima-se que no Centro Antigo cerca 1,5 mil casas estão nesta situação.

"A ação vai abranger a Conceição da Praia, o frontispício do Comércio, Praça Municipal e Baixa dos Sapateiros", disse o secretário de Desenvolvimento. Esse mapeamento deve ocorrer durante todo este semestre.

Aprovado o projeto, que tem como relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), Edvaldo Brito, no começo de 2014 a Sedes pretende lançar os editais para recuperar os imóveis. Belintani planeja também aproveitar os imóveis para órgãos da própria prefeitura sem sede e buscar parceiros que viabilizem uso ou venda dos imóveis. O início das obras está previsto para o segundo semestre de 2014. "É um projeto de médio prazo mas de grande dimensão", disse.

Fotos: Francisco Galvão



**CENÁRIO**  
Gestão municipal prevê utilidade para casarões



## A centralidade perdida (I)

DOMINGOS LEONELLI

Confesso que me incomoda um pouco ouvir falar em revitalização do Centro Histórico. Como revitalizar? Voltar ao brilho, ao glamour, à efervescência elegante que pulsavam na Rua Chile, no Comércio, na própria Avenida Sete até os anos 60? Improvável. É preciso retornar algumas décadas na história para entender os problemas do Centro, hoje. Talvez algumas soluções venham dessa compreensão.

A implantação do Centro Administrativo e dos shoppings centers esvaziaram o Centro de Salvador, retirando dele funcionários públicos e usuários dos serviços, no caso do CAB. Lojas, escritórios, cinemas, migraram para os shoppings.

Foram arrancados do Centro da cidade dois elementos básicos, dois pilares sobre os quais se estruturam as cidades, historicamente: o poder e o comércio. Ou não foram os fortes, os palácios reais rodeados de feiras e mercados, que deram início aos bueiros?

As cidades foram crescendo, os meios de transporte se modernizando e proporcionando novos dese-

Claro que com a modernização e a complexificação do Estado, não seriam apenas os soldados dos reis que ocupariam os palácios. Repartições públicas, com milhares de funcionários, passaram a povoar os antigos palácios e os modernos prédios da administração pública.

Mas o poder e o comércio mantiveram-se no Centro de cada cidade importante no mundo. Nas capitais, as sedes do poder nacional, a Casa Branca, em Washington, a Casa Rosada, em Buenos Aires, o Palácio do Eliseu, em Paris, o Palácio de Westminster, em Londres, todos invariavelmente nas áreas centrais das cidades.

Aqui em Salvador, de uma só penada, retiramos do Centro a sede do Governo do Estado, a Assembleia Legislativa, os Tribunais, quase todas as secretarias de Estado, repartições, empresas públicas. Logo depois saíram os órgãos federais, à exceção da Polícia Federal, da Receita Federal e da Codeba, por óbvio. Saíram do Centro da capital do Estado os símbolos e as estruturas do poder do Estado.

Só ficou no Centro de Salvador, o elo mais frágil da Federação que é a Prefeitura Municipal.

A implantação do Centro Administrativo da Bahia, acompanhado da implantação

nas por Antonio Carlos Magalhães, mas por toda a sociedade baiana. Não me recorde de nenhuma oposição de peso à implantação do Centro Administrativo da Bahia. Eu, inclusive, quando era publicitário e trabalhava na Propeg, escrevi para um anúncio do governo: "construir o futuro para preservar o passado". E acreditava sinceramente naquilo.

E na extensão do CAB formou-se uma espécie de área subcentral com a Rodoviária, edifícios de escritórios comerciais e shopping centers.

Assim, parte da população que se relacionava ou trabalhava nas repartições públicas foi para o CAB.

A classe média deslocou seu domicílio laboral para o CAB e seu poder de compra para os shoppings. Contrário senso, claro que é inimaginável pôr os milhares de carros que se deslocam hoje para o Centro Administrativo e para os shoppings, no centro de Salvador, tal como ele é. Como ficou, estagnado. Porém, se como em Roma, Madri, Paris e mesmo no Rio de Janeiro tivéssemos investido em estacionamentos, proibido acessos de automóveis a certas ruas, criado alternativas de transporte coletivo



# prédios antigos sem uso

O projeto de lei tem como objetivo revitalizar a região recuperando e ocupando imóveis

ADRIANO VILLELA  
REPÓRTER

Apresentado pela vereadora Tia Eron (PRB), o projeto de lei que permite que a prefeitura "arrecade" imóveis abandonados tem o apoio da prefeitura, que já mira utilizar a medida em prol da revitalização do Centro Histórico. De acordo com o titular da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (Sedes), Guilherme Belintani, a medida contribui para a segurança da cidade e é o pilar principal para o projeto municipal para a área. Jurista de formação, o secretário explicou que os casarios seriam arrecadados, e não desapropriados, por ser a modalidade em que o poder público toma o imóvel que não está sendo utilizado sem direito a indenização. "O Centro Histórico tem muitos imóveis em ruínas, abandonados, em que o poder público não pode fazer nada e o particular (dono do bem) também não o faz", explicou Belintani. O secretário da Sedes apresentou tanto a proposta do parlamentar quanto os planos da Sedes para o prefeito ACM Neto, que deu o aval para a continuidade de ambas medidas.

Técnicos da Sedes e da Secretaria da Fazenda (Se-faz) já estão em campo mapeando que edificações podem ser arrecadadas e depois recuperadas. Pela proposta do vereador, a prefeitura poderia "arrecadar" o imóvel se ele estiver com impostos ven-

cidos ou não cumprindo a sua função social. Estima-se que no Centro Antigo cerca 1,5 mil casas estão nesta situação.

"A ação vai abranger a Conceição da Praia, o frontispício do Comércio, Praça Municipal e Baixa dos Sapateiros", disse o secretário de Desenvolvimento. Esse mapeamento deve ocorrer durante todo este semestre.

Aprovado o projeto, que tem como relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), Edvaldo Brito, no começo de 2014 a Sedes pretende lançar os editais para recuperar os imóveis. Belintani planeja também aproveitar os imóveis para órgãos da própria prefeitura sem sede e buscar parceiros que viabilizem uso ou venda dos imóveis. O início das obras está previsto para o segundo semestre de 2014. "É um projeto de médio prazo mas de grande dimensão", disse.

Fotos: Francisco Galvão



**CENÁRIO**  
Gestão municipal prevê utilidade para casarões



## A centralidade perdida (I)

DOMINGOS LEONELLI

Confesso que me incomoda um pouco ouvir falar em revitalização do Centro Histórico. Como revitalizar? Voltar ao brilho, ao glamour, à efervescência elegante que pulsavam na Rua Chile, no Comércio, na própria Avenida Sete até os anos 60? Improvável. É preciso retornar algumas décadas na história para entender os problemas do Centro, hoje. Talvez algumas soluções venham dessa compreensão.

A implantação do Centro Administrativo e dos shoppings centers esvaziaram o Centro de Salvador, retirando dele funcionários públicos e usuários dos serviços, no caso do CAB. Lojas, escritórios, cinemas, migraram para os shoppings.

Foram arrancados do Centro da cidade dois elementos básicos, dois pilares sobre os quais se estruturam as cidades, historicamente: o poder e o comércio. Ou não foram os fortes, os palácios reais rodeados de feiras e mercados, que deram início aos burgos?

As cidades foram crescendo, os meios de transporte se modernizando e proporcionando novos desenhos urbanos, com bairros residenciais e áreas comerciais e mesmo com áreas administrativas (subprefeituras) fora do núcleo central. Mas as grandes cidades sempre mantiveram os seus centros vivos, pela preservação essencial do poder político-administrativo e do alto comércio.

Claro que com a modernização e a complexificação do Estado, não seriam apenas os soldados dos reis que ocupariam os palácios. Repartições públicas, com milhares de funcionários, passaram a povoar os antigos palácios e os modernos prédios da administração pública.

Mas o poder e o comércio mantiveram-se no Centro de cada cidade importante no mundo. Nas capitais, as sedes do poder nacional, a Casa Branca, em Washington, a Casa Rosada, em Buenos Aires, o Palácio do Eliseu, em Paris, o Palácio de Westminster, em Londres, todos invariavelmente nas áreas centrais das cidades.

Aqui em Salvador, de uma só penada, retiramos do Centro a sede do Governo do Estado, a Assembleia Legislativa, os Tribunais, quase todas as secretarias de Estado, repartições, empresas públicas. Logo depois saíram os órgãos federais, à exceção da Polícia Federal, da Receita Federal e da Codeba, por óbvio. Saíram do Centro da capital do Estado os símbolos e as estruturas do poder do Estado.

Só ficou no Centro de Salvador, o elo mais frágil da Federação que é a Prefeitura Municipal.

A implantação do Centro Administrativo da Bahia, acompanhada da implantação dos shoppings Iguatemi e Barra esvaziaram o Centro da cidade, como área central dos negócios, da administração e do poder, enfim. O Centro se transformaria nessa coisa ambígua chamada Centro Histórico ou Centro Antigo.

Foi um erro histórico, estratégico, cometido não ape-

nas por Antonio Carlos Magalhães, mas por toda a sociedade baiana. Não me recorde de nenhuma oposição de peso à implantação do Centro Administrativo da Bahia. Eu, inclusive, quando era publicitário e trabalhava na Propeg, escrevi para um anúncio do governo: "construir o futuro para preservar o passado". E acreditava sinceramente naquilo.

E na extensão do CAB formou-se uma espécie de área subcentral com a Rodoviária, edifícios de escritórios comerciais e shopping centers.

Assim, parte da população que se relacionava ou trabalhava nas repartições públicas foi para o CAB.

A classe média deslocou seu domicílio laboral para o CAB e seu poder de compra para os shoppings.

Contrário senso, claro que é inimaginável pôr os milhares de carros que se deslocam hoje para o Centro Administrativo e para os shoppings, no centro de Salvador, tal como ele é. Como ficou, estagnado. Porém, se como em Roma, Madri, Paris e mesmo no Rio de Janeiro tivéssemos investido em estacionamentos, proibido acessos de automóveis a certas ruas, criado alternativas de transporte circular coletivo, a história seria outra.

Não teríamos substituído o Centro da nossa cidade, por um "centro histórico", ou "centro antigo". Pois o que precisamos é de um Centro da cidade vivo, não apenas revitalizado.

Mas isso é assunto para o próximo artigo.

